

3.3.66

Vilma

Aut. do Publ. de / 16 11966

314

TERCEIRA TURMA

RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13.607 - GUANABARA

RECORRENTE : REGINA HELOISA FERNANDES GRANHA

RECORRIDA : UNIÃO FEDERAL

*curso superior -
ação de nota.*00657010
04270130
08071000
00000140

EMENTA : - É de economia interna de cada Faculdade de ensino superior fixar, em / seu regimento interno, nota mínima para aprovação de alunos.

- Ocorrência, no espécie, de circunstâncias / excepcionais que aconselham a inalterabilidade da situação de fato e de direito constituída pela concessão da liminar.

- Provimento do recurso.

A C Ó R D ã O

Vistos e examinados estes autos de recurso / ordinário em mandado de segurança (de Guanabara), em que é recorrente Regina Heloisa Fernandes Granha e é recorrida a União Federal, decide a III Turma do Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, dar provimento ao recurso, de acordo com as notas juntas.

Distrito Federal, 3 de março de 1966.

Luiz Gallotti, PRESIDENTE .Prado Kelly, RELATOR PA
RA O ACÓRDÃO .

3-3-66

ELIAIR

315

TERCEIRA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13.807GUANABARA

RELATOR : O SR. MINISTRO CARLOS MEDEIROS

RECORRENTE : REGINA HELOISA FERNANDES GRANHA

RECORRIDA : UNIÃO FEDERAL

00657010
04270130
08072000
00000280R E L A T Ó R I O

O SR. MINISTRO CARLOS MEDEIROS : - O Tribunal Federal de Recursos, a f. 51, decidiu que não contraria à lei o regimento interno de estabelecimento de ensino superior que fixa a média 5 como mínimo para aprovação do aluno, confirmando sentença denegatória de segurança (f. 29-30).

Regina Heloisa Fernandes Granha, impetrante, aluna da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, e que somente obteve a nota de 4,5 em certa disciplina, não se conformou com a exigência da média 5, estabelecida no regimento da Faculdade, considerada

316

válida pela decisão em causa e ofereceu recurso ordiná-
rio.

A dita Procuradoria Geral da Repúbli-
ca opinou pelo desprovimento do recurso (f. 73-74).

É o relatório.

* * *

RO HABEAS CORPUS Nº 11.607 - GUANABARA

00657010
04270130
08073000
01140380

V O T O (VENCIDO)

O SR. MINISTRO CARLOS NEDEIROS SILVA-Sr. Presidente,
a questão é muito conhecida deste Egrégio Tribunal.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é que a
nota mínima para aprovação, é matéria da economia interna do Regi-
mento de cada Faculdade, podendo ser 4, 4,5 ou 5, conforme entender
o órgão regimental.

De maneira que não é exato, data venia, dizer-se que a
jurisprudência anterior à Súmula, era em sentido contrário. Não. A
jurisprudência sempre foi nesse sentido, apenas a nota variava, de
Faculdade para Faculdade.

No caso em exame, o Regimento da Faculdade exigia nota
5 e a candidata obteve 4,5.

Como alegou o ilustre advogado, ela obteve uma liminar
e conseguiu ultimar o curso. Mas, a meu ver, venceu na base de uma
fraude judiciária, porque sempre se entender, neste Egrégio Tribunal,
que, sobrevivendo a sentença denegatória da segurança, a liminar cadu-
ca por si mesma. E, a impetrante, ou seu advogado, na primeira ins-
tância, não podiam ignorar a cassação da liminar.

Tenho notícia de um acórdão apenas, que data talvez de
dez anos, em sentido contrário, admitindo a sobrevivência da liminar,
um acórdão de turma, de que foi relator o eminente Ministro Nelson Pug-
lia, mas que constitui um acórdão isolado, aliás reformado em grau
de embargos.

Quando tive a honra de exercer o cargo de Procurador Geral da República, muitas vezes tive oportunidade de enfrentar a matéria, que se tornou pacífica, quanto à caducidade da li minar.

De maneira que não posso concordar em ceder a uma situação de fato, que foi criada à sombra da lei e à sombra da decisão definitiva, denegatória de mandado, decisão essa confirmada pelo Tribunal Federal de Recursos.

Nesta conformidade, mantenho a Súmula e não me impressionam os casos excepcionais; entendo que ^{esses} casos não podem e não devem prosperar. E, pelo que disse e pelo que sabe o Tribunal, a respeito de sua jurisprudência, nego a segurança.

R0 MANDADO DE SEGURANÇA N. 13.807 - GUANABARAV O T O

O SR. MINISTRO PRADO KELLY - Sr. Presidente, com a devida vênia do eminente Ministro Relator cuja exposição apresenta, como sempre, o apuro da construção lógica, permito-me dissentir do seu voto, dadas as circunstâncias supervenientes ao julgamento do writ. Alega-se que a conclusão do curso foi amparada por outro mandado.

Dou provimento ao recurso, para conceder a segurança, ou melhor, para não inovar na situação de fato e de direito, constituída pela concessão da liminar. Mantenho a situação de fato.

00657010
04270130
08073010
01110490

3.3.66

Grnelas

320

TERCEIRA TURMA

Mandado de Segurança Nº 13.807 - GUANABARA

V O T O

O SR. MINISTRO HERMES LIMA:- Sr. Presidente, a certidão, de fs. 65, diz assim:

*Em cumprimento ao despacho exarado pelo Senhor Diretor, Professor Oscar Azeioly Tenório, no requerimento de REGINA HELOISA FERNANDES GRANHA, filha de Antonio Granha Garcia e de Léa Fernandes Granha, nascida em vinte e sete de março de mil noventa e sete, natural do Estado da Guanabara, CERTIFICO que a requerente cursou esta Faculdade, tendo sido promovida do terceiro para o quarto ano, face a decisão liminar concedida em mandado de segurança pelo Juiz da Segunda Vara da Fazenda Pública, Segundo Offício, que a considerou aprovada na dependência da cadeira de Ciência das Finanças, com a média final quatro e meio, não tendo a decisão referida transitado em julgado. CERTIFICO, ainda, que a requerente foi admitida como litisconsorte no mandado de segurança impetrado perante a Primeira Vara da Fazenda Pública por ADALCEA OLIVEIRA FREIRE DA SILVA, tendo o respectivo titular concedido a medida

00657010
04270130
08073020
01080540

R0 Man. de reg. nº 13.807 - GR.

321

-2-

liminar para que a requerente colasse grãu, o que ocorreu no dia dezoito de dezembro de mil novecentos e sessenta e dois."

O SR. MINISTRO PRADO KELLY:- Mas, de certo modo, com o uso ilegítimo de uma faculdade legal, se cria uma situação de ordem prática, que se completa com o exercício da advocacia pela interessada, postulando no Fôro, desempenhando mandato em defesa e representação de terceiros.

As consequências jurídicas da decisão denegatória da segurança seriam muito complexas, muito variadas. Não ousaria chegar a esse ponto, pelo rigor, realmente justificável, da aplicação adequada da lei.

O SR. MINISTRO HERMES LIMA:- Peço licença ao eminente Ministro Carlos Medeiros Silva, para acompanhar o voto do eminente Ministro Prado Kelly, porque também considero, como S. Exa., que se trata de situação já consolidada.

. . .

FISIN

PESCEIRA TUTOMA

RO MANDATO DE SEGURANÇA Nº 13.807 - GUANABARA

V O Z O00657010
04270130
08073030
01730600

O SR. MINISTRO CONÇAIVES DE OLIVEIRA: -

Sr. Presidente, peço vênia ao eminente Ministro relator, para acompanhar o voto do eminente Ministro Prado Kelly. Realmente, a impetrante deve ter tido notícia, que é parte do processo, de que a segurança foi indeferida. Deveria, normalmente, moralmente, voltar à Faculdade e fazer novo exame, ainda que para ratificar seu curso jurídico, no estado em que estivesse.

Mas, o certo é que a impetrante colou gran através de liminar, em 1962; havia mudado de segurança, como assinalaram os eminentes Ministros Prado Kelly e Hermes Lima. Voltar essa estudante para o início do curso, a esta altura, em face de situação de fato criada, de certo modo, até pela Justiça e pelo Ministério Público, que não comunicaram à Faculdade a denegação da segurança, não me parece aconselhável.

Com estas considerações, peço vênia para dissentar do acerto voto do eminente Ministro relator e acompanhar o do eminente Ministro Prado Kelly, dando provimento ao recurso.

: : :

3-3-66

ODALÉA

RECURSO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13.807 - GUANABARA

00657010
04270130
08073040
00980740

V O T O

O SR. MINISTRO LUIZ GALLOTTI (Presidente): -
O eminente Ministro Relator tem inteira razão, em tese, ao verberar o abuso da segurança concedida liminarmente. Após o acórdão, não houve comunicação.

Há pouco tempo, tivemos aqui um caso, em que a segurança fôra negada na 1ª Instância. Depois, foi concedida a liminar pelo Presidente do Tribunal de Recursos, com fundamento em que a Procuradoria Geral demorava a dar parecer. Comunicada esta liminar, não se comunicou depois a decisão do T.F.R. que confirmara a denegação da segurança. Ao confirmarmos o acórdão do Tribunal Federal de Recursos, decidimos fazer a comunicação às autoridades. Mas, naturalmente, essa comunicação não terá resultado algum, porque as mercadorias já terão sido recebidas há muito tempo. Era uma grande importação de mercadorias da Tchecoslováquia.

Entretanto, num caso, de que me lembro ter sido do Relator, de recurso extraordinário contra a concessão de segurança (nota inferior a 5), meu voto era pelo provimento do recurso, para cassação da segurança. Um dos eminentes colegas, porém, ponderou que se convertesse o julgamento em

RMS n° 13.807

diligência, para saber se o curso já se completara, porque, então, não seria razoável desfazer o curso, que se completa-
ra com base numa decisão judicial, ainda que contra a lei e
que não deveria ter sido mantida - como é o caso da presen-
te liminar.

Assim, peço vênha ao eminente Ministro Relator, para acompanhar o eminente Ministro Prado Kelly, dando provimento ao recurso.

REC. ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13 807 - GUANABARA

RECORRENTE: Regina Heloísa Fernandes Granha. (Adv.: Pedro Paulo Rocha Bandeira).

RECORRIDA: União Federal.

D E C I S I O

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte:
PROVIDO, CONTRA O VOTO DO RELATOR.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Luiz Gallotti.

Relator, o Exmo. Sr. Ministro Carlos Medeiros.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Ministros Carlos Medeiros, Prado Kelly, Hermes Lima, Gonçalves de Oliveira e Luiz Gallotti.

00657010
04270130
08074000
00000850

Em 3 de março de 1966.

DR. ÁLVARO FERREIRA DOS SANTOS
Vice-Diretor-Geral